

O auxílio concedido pela Casa-Hospício do Porto às crianças desprotegidas (1915-1917)

Joana Filipa Cardoso Moreira
joanafilipacm1@hotmail.com

Resumo

Atendendo ao facto de que ao longo dos séculos XIX e XX se assinalou uma crescente preocupação com a infância e com a consolidação de um sistema público de assistência aos menores desamparados, neste artigo procuraremos analisar o auxílio concedido pela Casa-Hospício do Porto às crianças desprotegidas entre 1915 e 1917. Neste sentido, numa perspetiva heurística, estudaremos, concomitantemente, questões de dimensão coletiva e individual – ou seja, questões que se articulam com o funcionamento do estabelecimento, com o perfil das crianças auxiliadas e com o seu percurso na instituição. A fim de alcançar o propósito delineado, esquadriharemos os *Livros das Entradas* que cobrem o período temporal aludido, uma vez que nestes se registam os assentos individuais de todas as crianças acolhidas.

Palavras-chave: Infância; Casa-Hospício do Porto; Crianças Desprotegidas; Assistência.

Abstract

Considering the fact that, throughout the 19th and 20th centuries, there was a growing concern with children and the consolidation of a public system of assistance to unprotected minors, in this article we will seek to analyze the aid granted by Casa-Hospício do Porto to unprotected children between 1915 and 1917. In this sense, from the heuristic point of view, we will study, concomitantly, issues of collective and individual dimension – that is, issues that are articulated with the functioning of the establishment, with the profile of the children assisted and with their journey in the institution. To achieve the intended purpose, we will scan the Entry Books that cover the alluded period of time, since the individual entries of all foster children received are recorded in there.

Keywords: Childhood; Casa – Hospício do Porto; Unprotected Children; Assistance.

Introdução

A definição do objeto de estudo inaugura o conjunto de etapas indispensáveis para a realização de um percurso de investigação, motivo pelo qual, nesta fase inicial, importa mencionar que o presente artigo versará sobre o auxílio concedido pela Casa-Hospício do Porto à infância desvalida, o perfil das crianças acolhidas entre 1915 e 1917 e o seu percurso na instituição, segundo os dados recolhidos a partir dos *Livros das Entradas* que cobrem o período temporal aludido. Tratar-se-á, pois, de um estudo que se insere na História da Infância, uma área de estudo que se encontra em desenvolvimento em Portugal.

O processo de investigação histórica pressupõe que se esquadrinhe a documentação, de forma minuciosa e reiterada, com o intuito de analisar uma determinada realidade localizada no tempo e no espaço, motivo pelo qual é impreterível indicar os objetivos orientadores da pesquisa e a problemática delineada. Partindo deste pressuposto, revela-se profícuo mencionar que este artigo centrar-se-á, simultaneamente, na dimensão coletiva e individual – ou seja, em questões que se encontram diretamente interligadas com o modo de funcionamento da Casa-Hospício do Porto na cronologia delimitada e com o perfil e o percurso das crianças sob a sua jurisdição. Neste sentido, procuraremos: compreender em que medida a Casa-Hospício outorgava (anual, sazonal e mensalmente) assistência às crianças portuenses desprotegidas; apurar a existência de tendências capazes de patentear o perfil dos menores que ingressavam na instituição, tendo em consideração o género, a naturalidade, a idade de abandono e o enxoval que as acompanhava; conhecer o fluxo de entradas/saídas das crianças e as respetivas causalidades, as razões de abandono, os intervenientes no encaminhamento para o estabelecimento e ainda a mortalidade assinalada.

A elaboração de trabalhos de cariz científico requer igualmente uma argumentação assente em bibliografia – aliás, tendo em conta o carácter fulcral desta componente, torna-se mesmo primordial o cruzamento de estudos gerais e específicos. Assim, perante a impossibilidade de mencionar todos os produtores de informação selecionados, importa destacar a relevância de alguns trabalhos que auxiliaram a presente investigação¹. Dessarte, no que concerne à contextualização da temática, devemos destacar a importância das obras coordenadas por Irene Vaquinhas, Philippe Ariès e George Duby, na medida em que estes historiadores contribuíram para a inteligibilidade da proteção infantil no século XX. De igual modo, as teses de Isabel dos Guimarães Sá e Ana Martins Moreira revelaram-se essenciais para a consciencialização dos princípios bases que nortearam a Casa-Hospício do Porto até 1915. Finalmente, interessa salientar a importância dos trabalhos da autoria de Joana Paulino e de Teodoro Afonso da Fonte, uma vez que estes possibilitam estabelecer uma comparação, em múltiplas dimensões, entre a realidade do Porto e a de outros pontos geográficos.

De igual modo, torna-se imprescindível dar nota de que a principal fonte selecionada foram os *Livros 132 e 133 das Entradas* das crianças na Casa-Hospício.

¹ Todos os trabalhos consultados são citados ao longo do estudo e encontram-se referenciados na parte final do mesmo.

Posto isto, mencionar que as metodologias e técnicas adotadas para a recolha, tratamento e sistematização das informações foram escolhidas tendo em conta os objetivos definidos e os pressupostos que orientam o estudo. É aqui que radica a justificação para a construção de uma base de dados, para o tratamento intensivo do corpo documental, para a abordagem qualitativa e quantitativa e para a apresentação dos resultados da investigação com recurso a quadros e a gráficos.

1. Os Livros das Entradas da Casa-Hospício do Porto

Fonte histórica é tudo aquilo que usamos para tentar compreender e interpretar o passado, ou seja, é todo o material que auxilia o historiador na operação histórica. É neste sentido que se revela adequado indicar alguns dados relativamente aos *Livros das Entradas* que cobrem o período compreendido entre 1915 e 1917².

A documentação da Casa-Hospício do Porto consultada encontra-se no Arquivo Distrital do Porto, mais concretamente no fundo intitulado *Casa da Roda do Porto*, pois, apesar de esta ter deixado de ser a designação oficial da instituição em 1865, a verdade é que perdurou no tempo, consagrada pelo uso. Agrega, portanto, um amplo conjunto documental resultante do longo período de assistência à infância desprotegida portuense, o qual se reparte por secções, séries e unidades de instalação. É entre este conjunto, mais especificamente na secção *Assistência aos Expostos* e na série *Entradas*, que se insere a fonte selecionada, os *Livros das Entradas* dos expostos.

No que concerne à cronologia, é conveniente referir que a série correspondente às *Entradas* é composta por registos produzidos entre 08-02-1683 e 06-12-1955, todavia, tendo por base um critério pragmático, foram selecionados os anos que integram o intervalo de tempo entre 1915 e 1917. Esta escolha deve-se, por um lado, à necessidade da articulação entre a fonte e a bibliografia disponível para sustentar a análise e, por outro, ao facto de não existirem estudos que se debrucem sobre estes anos. Note-se que os *Livros das Entradas* das crianças, apesar de ordenados cronologicamente, não se encontram organizados tendo em conta os anos civis completos, tal como se reflete no livro *133 Entradas*³, o qual abarca os registos efetuados entre 08-07-1915 e 15-11-1918. Por este motivo, de modo a aceder à informação correspondente aos meses de janeiro a julho de

² Arquivo Distrital do Porto (ADP). Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 1915-1917.

³ O livro designado *133 Entradas*, referenciado com o código PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/002/0536, é constituído por documentos produzidos entre 08-07-1915 e 15-11-1918.

1915, revela-se necessário consultar igualmente parte do livro *132 Entradas*⁴. Os dois livros apresentam uma extensão de 400 folhas cada um, sendo que em cada folha consta uma média de dois registos (Anexo 1). Para o período em estudo, de 1915 a 1917, devemos, desde já, indicar que foram analisados um total de 765 assentos individuais.

Os *Livros das Entradas* na Casa-Hospício do Porto são constituídos por assentos individuais, nos quais eram inscritos os dados sobre cada criança admitida. Regem-se por um formato pré-estabelecido, ao longo do qual, de forma mais ou menos completa, indicam o nome da criança, data e hora da entrada, género, idade (em alguns casos aproximada), data e local de nascimento, filiação (nome e, por vezes, profissão e morada), e o oficial/instituição de diligência que a entregou na instituição. É relevante salientar ainda que alguns assentos patenteiam informações complementares de múltipla índole: vacinação, motivo de abandono, grau de parentesco com outras crianças já entregues à instituição, saída(s) (para amas, tratamento hospitalar ou para outras instituições), reentrada(s), passagem para o livro de maiores de sete anos, a data de falecimento da criança e eventualmente o local (dentro da instituição, em poder da ama ou no hospital). Na sequência das informações aclaradas e da articulação destas com a problemática enunciada na introdução deste artigo, torna-se evidente que a fonte selecionada tem potencial para auxiliar e viabilizar o desenvolvimento do presente estudo.

A elaboração deste projeto de investigação histórica pautou-se por um processo faseado e evolutivo. Partindo deste pressuposto, naturalmente se compreende que o presente artigo transpareça conhecimento e lucidez sobre a fonte selecionada – o qual, inclusivamente, possibilita discernir as suas virtudes e limitações. Neste sentido, além da já referida potencialidade para auxiliar a responder às questões orientadoras deste estudo, os *Livros das Entradas* primam pelo facto de os registos seguirem sempre a mesma estrutura e por apresentarem uma caligrafia legível – o que a par do seu bom estado de conservação e da qualidade da digitalização facilitam a leitura e análise desta fonte. Atendendo aos aspetos positivos apontados, é plausível considerar a fonte satisfatória para a investigação, no entanto, revela-se, igualmente, oportuno tecer algumas considerações quanto aos aspetos negativos. Assim sendo, importa salientar que a fonte selecionada se demonstra redutora para determinadas dimensões, uma vez que não apresenta dados complementares importantes para o estudo – tal como se constata com o facto de não apresentar informação referente às causas das mortes e dos internamentos

⁴ O livro designado *132 Entradas*, referenciado com o código PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/002/0535, é constituído por documentos produzidos entre 20-07-1911 e 07-07-1915.

para tratamento e de apenas esporadicamente referir os motivos de abandono. Esta realidade acentua-se nos registos do ano de 1917, visto que se verificam algumas lacunas e diferenças pontuais relativamente à informação até então registada – o que nos leva a crer que, fruto de invalidez, morte ou até mesmo da conjuntura resultante da participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial, possa ter ocorrido uma troca do responsável pelos registos. A hipótese levantada reforça-se no facto de se verificar nesse ano uma caligrafia diferente, evidente sobretudo na escrita da letra “A”, bem como em pontuais ausências de informação, sobretudo no que diz respeito à existência de irmãos – os quais, por vezes, só se tornam perceptíveis através do cruzamento que efetuamos da informação respeitante à parentalidade.

2. As políticas republicanas de apoio à infância desprotegida

Atendendo à temática e à cronologia sobre a qual o presente estudo se irá debruçar, apraz, nesta fase inicial, enquadrar, ainda que de forma sintética, a Casa-Hospício do Porto nas políticas de proteção à infância levadas a cabo durante a I República.

Neste sentido, revela-se oportuno referir que, com o intuito de lançar as “bases para um regime assistencial moderno e distanciado das velhas medidas caritativas”⁵, os primeiros governos republicanos produziram um vasto conjunto legislativo que visava conceder apoio e proteção à infância desvalida, abandonada e indigente. Assim, para evitar ou atenuar alguns dos problemas que se revelavam tão perniciosos à sociedade, o governo reorganizou os serviços de assistência pública, colocando-os sob a autoridade e superintendência do Ministério do Interior; criou a Direção Geral da Assistência, o Fundo Nacional de Assistência e o Conselho Nacional de Assistência Pública, para fiscalizarem e coordenarem a assistência pública e a privada; fundou a Tutoria da Infância e a Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças a fim de atuarem de forma direta com crianças abandonadas, pobres, maltratadas, desamparadas e delinquentes; concedeu de subsídios de aleitação e consagrou, ainda, o direito à assistência pública na Constituição de 1911.

Ademais, importa referir que face ao “número crescente de crianças que jorrava por todos os canais e que desaguavam nas grandes cidades, particularmente em Lisboa e

⁵ MATTOSO, José (dir.) – “História da Vida Privada em Portugal”. In VAQUINHAS, Irene (coord.) – *História da Vida Privada em Portugal: A Época Contemporânea*. [Lisboa]: Temas e Debates, 2011 (vol. 3), p. 136.

no Porto”⁶ foram tomadas medidas específicas para estas duas cidades. Relativamente ao Porto, interessa ressaltar o facto de o governo ter criado na cidade uma comissão de assistência pública e de a Câmara ter lançado, em 1914, um plano de assistência destinado a mulheres e crianças oriundas dos meios mais carenciados.

Após o panorama apresentado, devemos esclarecer que, não obstante o esforço dos republicanos para instituírem serviços que intentavam prestar ajudar à infância ou acolher menores, a verdade é que os seus programas não contemplavam medidas com potencial para alterar substancialmente o quadro normativo e institucional que haviam herdado do regime monárquico, nem logravam de apoios financeiros suficientes – pelo que podemos asseverar que “os resultados ficaram aquém das iniciativas legislativas”⁷.

Este enquadramento permitirá problematizar os resultados da pesquisa empírica que doravante serão apresentados.

3. O auxílio concedido pela Casa-Hospício Porto às crianças desprotegidas

O fenómeno do abandono infantil em Portugal tem-se registado de forma perene e diacrónica, pelo que, desde já, se deve esclarecer que não corresponde a uma problemática exclusiva da Época Contemporânea. Partindo deste pressuposto, facilmente se compreende que ao longo dos séculos se tenha assinalado uma crescente preocupação com a infância e com a institucionalização de um sistema público de concessão do indispensável amparo e abrigo às crianças desprotegidas – na sequência da qual foram criadas instituições como a Casa-Hospício do Porto.

Fruto e reflexo da passagem do tempo, a partir do século XIX assinala-se uma gradual consciencialização da importância e do valor da infância, motivo pelo qual se afirma que “no século XIX a criança está mais do que nunca no centro da família”⁸ e que “o século XX foi anunciado como o século da criança”⁹. Assim, a criança, até então vista

⁶ TOMÉ, Maria Rosa – *Justiça e Cidadania Infantil em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012. Tese de Doutoramento em Letras, área de História na especialidade de História Contemporânea, apresentada à Universidade de Coimbra, p.150.

⁷ MATTOSO, José (dir.) – “História da Vida Privada em Portugal”. In VAQUINHAS, Irene (coord.) – *História da Vida Privada em Portugal: A Época Contemporânea*. [Lisboa]: Temas e Debates, 2011 (vol. 3), p. 136.

⁸ PERROT, Michelle (dir.) – “História da vida privada: Da Revolução à Grande Guerra”; trad. por Armando Luís de Carvalho Homem. In ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (dir.) – *História da vida privada*. Porto: Afrontamento, 1990 (vol. IV), p. 146.

⁹ TOMÉ, Maria Rosa – *Justiça e Cidadania Infantil em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra*, p. 19

como um “adulto em miniatura”¹⁰, passa a ser “objeto de um investimento a todos os níveis: afectivo, certamente, mas também económico, educativo, existencial”¹¹. Neste sentido, não surpreende que, na medida do possível, ao longo do século XIX e XX o seio familiar se tenha dedicado mais e melhor aos interesses das crianças – uma mudança deveras importante uma vez que, sobretudo nos primeiros anos de vida da criança, os parentes próximos são os transmissores da educação e das diretrizes sociais. Na sequência da corresponsabilização da família e da sociedade na orientação infantil, rapidamente se compreende que a infância desvalida, exposta e abandonada¹² tenha passado a ser alvo de maior atenção. Tal conceção é possível de corroborar com o aumento de normas e instituições cuja finalidade assentava na prestação de protecção e auxílio às crianças vítimas de abandono¹³.

3.1. A fundação da Casa-Hospício e os seus desígnios

Entre o conjunto de mecanismos institucionais destinados à assistência do abandono infantil consta a Casa-Hospício do Porto – estabelecimento que constitui o caso de estudo da presente investigação. A compreensão da importância desta instituição para auxiliar o abandono de crianças no Porto pressupõe que se conheçam, ainda que de forma breve, as circunstâncias da fundação da Casa-Hospício portuense e os seus desígnios.

Neste sentido, devemos, desde já, aclarar que a assistência à infância portuense se pautou sempre por um conjunto de particularidades que lhe conferiam destaque no panorama nacional – uma realidade que se interliga com o facto de as medidas tomadas para o distrito do Porto terem sido suporte da legislação central. De facto, tal como Ana Dorinda Moreira esclarece na sua tese, de acordo com José de Magalhães, diretor do Hospício, “desde 1858 que a ideia de extinção da Roda e a sua transformação numa instituição de admissão restrita se havia começado a delinear”¹⁴, pelo que não admira que

¹⁰ MARTINS, Ernesto Candeias – “As reformas sociais e a protecção da criança marginalizada: estudo histórico do século XIX a meados do século XX”. *Infância e Juventude: revista do Instituto de Reinserção Social Ministério da Justiça*, nº 3 (jul./set.2002), p. 57.

¹¹ PERROT, Michelle (dir.) – “História da vida privada: Da Revolução à Grande Guerra”. In ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (dir.) – *História da vida privada*. Porto: Afrontamento, 1990 (vol. IV), p. 148.

¹² Estas terminologias serão aclaradas no ponto 4.1 referente às tipologias de admissão.

¹³ MARTINS, Ernesto Candeias – “A Infância Desprotegida Portuguesa na Primeira Metade do Século XX”. *Infância e Juventude: revista do Instituto de Reinserção Social Ministério da Justiça*, nº 4 (out./dez.2006), p. 95 e 96.

¹⁴MOREIRA, Ana Dorinda Soares Martins – *Da Casa da Roda ao Hospício dos Expostos do Porto: estudo e tratamento arquivístico (1838-1878)*. Porto: [Edição do autor], 2011. Dissertação de mestrado em História e Património, ramo Arquivos Históricos, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 45.

a Junta Geral de Distrito do Porto¹⁵ tenha determinado a supressão da Casa da Roda e a sua conseqüente transmutação para a Casa-Hospício do Porto em 1864 – uma decisão que antecede a deliberação nacional, a qual só se efetua três anos depois, em 1867. Efetivamente, tal como expresso no decreto de 21 de novembro de 1867, os Hospícios deveriam “admitir não só expostos, mas também crianças abandonadas [...] e indigentes. O princípio fundamental é o da admissão justificada”¹⁶. Note-se que em março de 1868, este decreto foi revogado a nível nacional, todavia a instituição portuense em análise deu continuidade a este sistema de admissão que se caracterizava por ser mais restrito e por, contrariamente ao anonimato da Roda, exigir identificação parental. Torna-se, portanto, inteligível que a nova legislação procurava acabar com os expostos, dar maior atenção à proteção de crianças desprotegidas ou ainda conceder subsídios de lactação a mães solteiras e/ou pobres – objetivos que, claramente, nos elucidam sobre a importância da Casa-Hospício do Porto.

A referida passagem da Roda para a Casa-Hospício não implicou mudanças estruturais no quadro de assistência distrital. Assim, até à passagem da tutela para as Juntas Gerais conservou-se a divisão do distrito em dois círculos administrativos – Porto e Penafiel – os quais contavam com a presença de uma Casa-Hospício no concelho¹⁷. Relativamente a esta questão devemos salientar que ambas as estruturas de acolhimento de crianças se localizavam em centros urbanos, pelo que, embora sem confirmação científica, poderemos associar esta realidade ao facto de a cidade proporcionar o anonimato desejado por todos aqueles que abandonavam os seus filhos. Ademais, tendo em consideração o propósito desta abordagem, deve-se salientar que a Casa-Hospício do Porto desempenhava um papel fulcral no amparo das crianças desprotegidas ou abandonadas – mais concretamente de “desvalidas”; desvalidas com “admissão provisória”; “expostas”; ou “abandonadas”¹⁸ – no núcleo urbano do Porto e nos concelhos compreendidos pelo círculo de influência portuense.

¹⁵ Em 1878, na sequência de um novo Código Administrativo, as competências das Câmaras Municipais em relação à administração dos expostos cessaram e foram transferidas para a tutela das Juntas Gerais de Distrito.

¹⁶ LOPES, Maria Antónia – “Os pobres e a assistência pública”. In MATTOSO, José (dir.) – “História de Portugal”. Vol. V. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 505 Citado por MOREIRA, Ana Dorinda Soares Martins – *Da Casa da Roda ao Hospício dos Expostos do Porto: estudo e tratamento arquivístico (1838-1878)*. Porto: [Edição do autor], 2011. Dissertação de mestrado em História e Património, ramo Arquivos Históricos, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 46.

¹⁷ MOREIRA, Ana Dorinda Soares Martins – *Da Casa da Roda ao Hospício dos Expostos do Porto: estudo e tratamento arquivístico (1838-1878)*, p. 49

¹⁸ Mais à frente, no ponto 4.1 procederemos à explicação das distintas tipologias de admissão das crianças, pelo que estas dissemelhanças serão esclarecidas.

3.2. Os números e o ritmo das entradas de crianças na Casa-Hospício do Porto

O século XX primou pela crescente preocupação e valorização da criança, motivo pelo qual se ampliou a teia de instituições de assistência à infância. No caso do Porto, notabiliza-se a Casa-Hospício do Porto, na medida em que, entre os anos de 1915 e 1917, esta concedeu o necessário amparo e abrigo a 765 crianças abandonadas e desprotegidas.

De modo a aprofundar o presente estudo, além do já mencionado valor total de exposições ao longo dos três anos, revela-se igualmente apropriado descrever o ritmo de entradas anuais, sazonais e mensais verificado com o intuito de averiguar uma possível interligação entre a quantidade de assentos registados em determinada cronologia e a conjuntura política ou económica.

No que concerne aos valores das matrículas anuais, podemos dizer que a instituição recebeu um total de 200 menores em 1915; 241 em 1916 e 324 em 1917 – valores que demonstram um aumento gradual que se acentua sobretudo nos dois últimos anos. Em termos absolutos, importa ainda referir que o ano de 1917 se destaca em virtude de ter recebido mais 124 crianças face a 1915 e mais 83 do que em 1916. Embora sem sustentação por parte da fonte ou da bibliografia, parece concebível equacionar a conjectura de o elevado valor de exposições assinaladas em 1917 estar associado com a entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial e com o terrível inverno de 1916-1917. De facto, tal como Rui Ramos nos lembra, Portugal, à semelhança da maioria dos países beligerantes, “sofreu inflação, fomes, greves, motins de rua e insurreições militares”¹⁹, pelo que parece apropriado considerar que os efeitos económicos e sociais citados tenham influenciado de forma direta as dificuldades de criação e sustento das crianças – razão pela qual a entrega dos menores na instituição poderia constituir a derradeira solução para assegurar a sua sobrevivência.

No que diz respeito aos ingressos sazonais e mensais, constata-se que, contrariamente ao que se sucede nos casos de Viana, Ponte de Lima e Penafiel, na Casa-Hospício do Porto, entre 1915 e 1917, não se verifica um contínuo padrão de comportamento diferenciado de acordo com as estações ou meses do ano. Perante a ausência de uma tendência incessante, apresentar uma breve descrição de cada um dos três anos parece ser a forma mais circunspecta de abordar esta questão. Neste sentido, relativamente a 1915 podemos dizer que os meses com maior incidência de exposições correspondem a maio, março e julho – na medida em que receberam 27, 24, e 20 menores,

¹⁹ RAMOS, Rui – “A Segunda Fundação (1890-1926)”. In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994. (Vol. VI), p. 519.

respetivamente –, ao passo que os meses com menor movimento de entrada foram novembro, agosto e junho – pois apenas acolheram 9, 11 e 12 menores, pela ordem indicada.

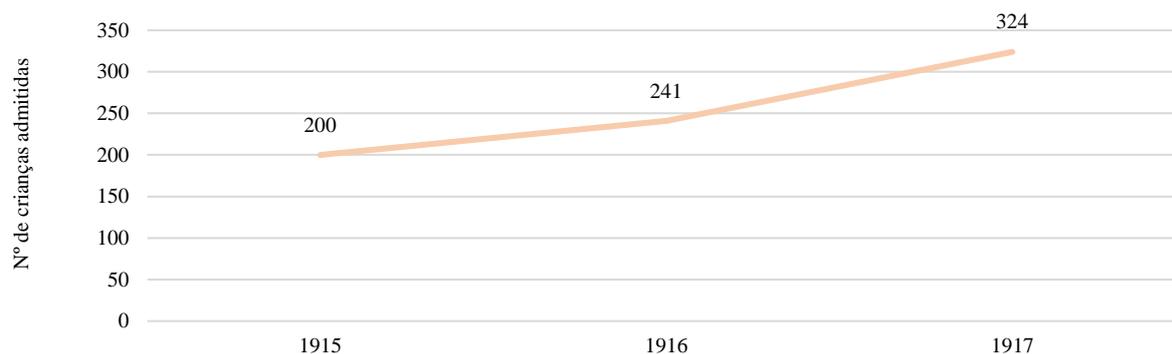
Num cenário bastante dissemelhante, destaca-se a entrada de 62 crianças no mês de dezembro de 1916 – um elevado valor que poderá estar intrinsecamente associado com o clima do vigoroso inverno de 1916/1917, as implicações do mesmo na agricultura e a consequente dificuldade de acesso a produtos alimentares²⁰, os quais poderiam, por isso, escassear na mesa das famílias dos bebés e infantes que entraram na instituição. A elevada entrada de crianças poderá, de igual modo, relacionar-se com a crise de subsistências, o aumento dos preços e o custo de vida que se agravaram, ao longo do ano, em todo o país durante a Grande Guerra. Relativamente a este quadro de crise económica e social, Arnold Van Rossum destaca a carestia de bens essenciais como o milho para produzir o pão ou ainda o açúcar, sendo que esta última questão “assumira no Porto um ponto de extrema gravidade, não só pelo prejuízo causado ao comércio, mas também ao consumidor”²¹. Quanto a 1916 é ainda de assinalar 30 matrículas no mês de abril e 22 em março, números que, embora mais reduzidos que o anterior, transparecem, ainda assim, uma assídua entrada que em tudo se distancia das 4 entradas em julho e das 11 quer em janeiro, quer em outubro.

Em conformidade com o ano antecedente, dezembro é o mês que, em 1917, assinala mais entradas, um total de 93 – um valor que poderá surgir da interseção entre as, já mencionadas, questões de índole climatérica e o final do primeiro ano de participação dos portugueses na Primeira Guerra Mundial. Aliás, de acordo com os *Livros das Entradas*, em 1917, nos meses de outono e inverno o número de entradas acentuou-se, uma vez que deram entrada 56 crianças em setembro e 37 tanto em outubro como em novembro. Por outro lado, os meses com menor afluência coincidem com a primeira metade do ano: 5 matrículas em junho, 6 em fevereiro e 8 em agosto e abril.

²⁰ RAMOS, Rui – “A Segunda Fundação (1890-1926)”, p. 519.

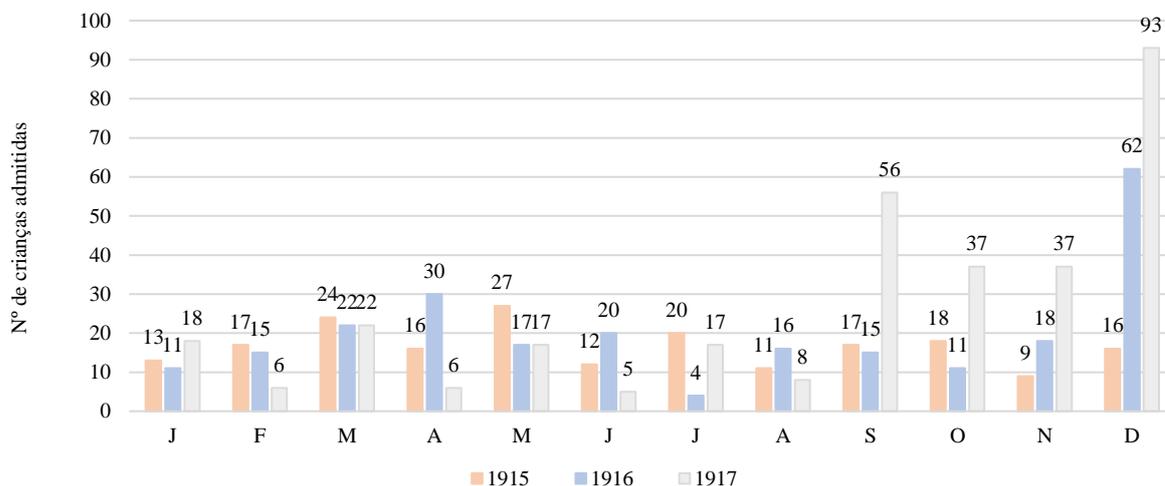
²¹ VAN ROSSUM, Arnold Arie – *A questão das subsistências no Porto, no período da Grande Guerra*. Porto: [Edição do Autor], 2011. Dissertação de mestrado em História Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 60.

Gráfico 1: Movimento anual das entradas na Casa-Hospício do Porto (1915-1917)



Fonte: ADP. Casa Hospício do Porto — *Livros de Entradas*, 1915 – 1917.

Gráfico 2: Movimento mensal das entradas na Casa-Hospício do Porto (1915-1917)



Fonte: ADP. Casa Hospício do Porto — *Livros de Entradas*, 1915-1917.

4. O perfil das crianças desprotegidas acolhidas pela Casa-Hospício do Porto (1915-1917)

Os assentos individuais registados nos *Livros das Entradas* da Casa-Hospício do Porto apresentam um conjunto de dados da esfera individual de cada criança, nomeadamente o género, naturalidade, idade de abandono e enxoval. Conscientes da relevância e interesse destas informações singulares, de seguida procederemos a uma abordagem quantitativa e qualitativa que visa assinalar tendências capazes de patentear o perfil dos menores amparados pela instituição portuense nos anos de 1915 a 1917.

4.1. As crianças da Casa-Hospício por género

Atendendo à natureza e propósito da presente investigação histórica, revela-se pertinente averiguar se a passagem da tutela familiar para a da Casa-Hospício do Porto se encontrava, de algum modo, associada a uma discriminação por género, isto é, se se assinala alguma inclinação para abandonar um maior número de rapazes ou de raparigas. A partir da recolha das informações facultadas pela fonte e da sua análise por sexos, constata-se que, tal como expresso no Quadro 1, entre os anos de 1915 e 1917 deram entrada na instituição 470 crianças do sexo masculino e 295 do sexo feminino – valores que se traduzem percentualmente em 61% e 39%, respetivamente, e que, por esse motivo, patenteiam uma maior admissão de crianças do género masculino. Do mesmo modo, os índices de masculinidade concernentes a cada um dos três anos em estudo demonstram a propensão já referida: 122,2 em 1915; 148,5 em 1916 e de 200 em 1917 (Quadro 2).

Os valores anteriormente mencionados parecem refletir uma entrada discriminatória por género, todavia, o aprofundamento desta questão demonstra que essa ideia pode ser, na verdade, ilusória. A justificação para esta questão deve ser apurada através da consulta de bibliografia capaz de sustentar a conjectura levantada: é o caso das *Estatísticas Históricas Portuguesas*, da tese de Teodoro Afonso da Fonte e ainda do relatório da autoria de Vilma Cardoso.

Considerando que seria profícuo proceder a um cruzamento dos números dos nascimentos e dos óbitos, por sexos, consultamos as *Estatística do Movimento Fisiológico da População de Portugal* a fim de apurar os quantitativos registados no distrito do Porto ao longo dos três anos em estudo. De acordo com os dados oficiais, no ano de 1915 nasceram 3337 rapazes e 3294 raparigas; em 1916 nasceram 3420 bebés do sexo masculino e 3192 do sexo feminino e, seguindo a mesma trajetória, em 1917 ocorreram 96 786 nascimentos de rapazes e 91 605 de raparigas²² – valores que não surpreendem, visto que o nascimento de mais rapazes corresponde a um comportamento demográfico estrutural. Por outro lado, verificamos que, do total de bebés que tinham idades até 1 ano, em 1915 pereceram 2145 crianças do género masculino e 1837 do género feminino; em 1916 morreram 2154 meninos e 1819 meninas; e, de igual modo, no ano de 1917 faleceram 1804 meninos e 1574 meninas²³. Atendendo aos números assinalados,

²² Arquivos do Instituto Central de Higiene – *Estatística do Movimento Fisiológico da População Portuguesa: 1917*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1922, p. 61.

²³ Arquivos do Instituto Central de Higiene – *Estatística do Movimento Fisiológico da População Portuguesa: 1917*, p. 70.

evidenciamos que o género masculino apresenta, concomitantemente, uma maior taxa de nascimentos e de mortes (até 1 ano), todavia, após calcularmos a diferença entre os dados quantitativos, constatamos que no distrito do Porto continua a haver uma predominância de bebés do sexo masculino. Dessarte, ainda que eventualmente de forma equívoca, poderemos considerar que o maior acolhimento de crianças do género masculino estaria relacionado com a existência de mais meninos que meninas.

A fundamentação do argumento acima referido assenta ainda no facto de a tese de Teodoro da Fonte explicitar que, em Ponte de Lima, entre 1792 e 1910, e em Viana, entre 1851 e 1870, foram expostas mais crianças do sexo masculino, ao passo que em Penafiel, entre 1872 e 1902 se registaram mais exposições femininas. Embora este último indício pareça ilógico, o certo é que os casos referidos remetem para uma cronologia aproximada, que inclui o século XIX e o dealbar do século XX, e para espaços geográficos pertencentes a distritos limítrofes, (os quais, por sua vez, integram a região norte de Portugal), pelo que se crê que o quotidiano, as tradições e vivências incluíssem traços comuns. Portanto, o maior ingresso do sexo masculino em Viana do Castelo e no Porto e do sexo feminino verificada em Penafiel poderá ser ilustrativa da variação registada a nível regional e da não existência de uma entrada baseada no género.

Assim, após este esclarecimento, espera-se ter ficado claro que, de acordo com os motivos apresentados, a entrada das crianças na instituição parece estar isenta de uma articulação com o género, pelo que estaria, tal como iremos abordar mais tarde, somente associada a dificuldades vividas no seio familiar.

Quadro 1: Crianças acolhidas na Casa-Hospício do Porto por género (1915-1917)

Género	Crianças acolhidas	
	Número	Percentagem
Masculino	470	61%
Feminino	295	39%
Total	765	100%

Fonte: ADP. Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 1915 – 1917

Quadro 2: Relação de masculinidade nos anos de 1915, 1916 e 1917

Anos	Crianças acolhidas			Relação de masculinidade
	Masculino	Feminino	Total	

1915	110	90	200	122,2
1916	144	97	241	148,5
1917	216	108	324	200

Fonte: ADP. Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 1915 – 1917.

4.2. A proveniência geográfica das crianças acolhidas na instituição em estudo

Outra dimensão que devemos analisar é a da proveniência geográfica das crianças que nos anos de 1915 e 1917 deram entrada na Casa-Hospício do Porto. A informação levantada dos 765 assentos individuais demonstra, como o Quadro 3 evidencia, que 642 crianças, ou seja, cerca de 84%, eram naturais de freguesias que integravam o núcleo urbano do concelho do Porto. Entre estas destacam-se as do Bonfim, Cedofeita, Miragaia, Paranhos ou ainda Santo Ildefonso, na medida em que correspondem ao local de nascimento de um total de 182 das crianças que entraram na Casa-Hospício – 56, 46, 20, 30 e 30, respetivamente (Anexo 4). Note-se que a percentagem acima referida inclui já os valores referentes aos menores que, de acordo com o registo de entrada na instituição, nasceram em unidades hospitalares localizadas em Miragaia e em Bonfim. Relativamente a este aspeto, importa ainda salientar que das 363 crianças cujo parto decorreu ao abrigo de cuidados médicos, 359 nasceram no Hospital Geral de Santo António – uma realidade que transparece a importância deste estabelecimento e dos profissionais que prestariam auxílio à população residente na área geográfica envolvente.

Num panorama distinto, encontram-se 91 crianças cuja naturalidade remetia para subdivisões do distrito administrativo do Porto (Quadro 3), como é o caso dos fronteiriços concelhos de Gaia, Matosinhos, Gondomar e Maia e dos concelhos de Valongo, Paredes, Penafiel, Lousada, Vila do Conde, Marco de Canaveses, Amarante, Felgueiras e Baião, localizados mais periféricamente (Anexos 3 e 4). Embora sem comprovação científica, poderemos presumir que esta convergência de crianças provenientes das áreas circundantes estava relacionada com a relevância da Casa-Hospício do Porto na região.

Ademais, a fonte revelou que 19 das crianças acolhidas na instituição eram naturais de locais exteriores ao distrito portuense, mais concretamente Luanda, África Ocidental, Aveiro, Braga, Viana do Castelo, Vila Real, Bragança, Guarda, Viseu, Coimbra e Lisboa. Refere-se ainda o caso de uma criança que terá nascido "a bordo do vapor holandês Zelandia, nas alturas da ilha de São Vicente, arquipélago dos Açores"²⁴

²⁴ ADP. Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 18 dezembro 1915.

(Anexo 2) – uma declaração que indica erradamente que a ilha de São Vicente se localiza nos Açores e não em Cabo Verde. Não podemos deixar de consignar que em 13 assentos individuais não constava a naturalidade – os quais coincidem com crianças órfãs e/ou abandonadas inicialmente em locais que não o Hospício.

Quadro 3: A proveniência geográfica das crianças acolhidas na Casa-Hospício do Porto (1915-1917)

Proveniência geográfica	Crianças acolhidas	
	Número	Percentagem
Distrito do Porto – concelho do Porto	642	84%
Distrito do Porto – outros concelhos	91	12%
Concelhos fora do distrito do Porto	19	2%
Sem informação	13	2%
Total	765	100%

Fonte: ADP. Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 1915 – 1917.

4.3. A idade das crianças à entrada na Casa-Hospício do Porto

A idade das crianças expostas, por sua vez, corresponde a uma componente de grande importância administrativa, visto que seria a partir da idade, confirmada ou presumida, que se determinaria o tempo a permanecer na instituição até ao final do período da criação, quando completavam os sete anos de idade²⁵. De acordo com Teodoro da Fonte, esta questão administrativa está de forma direta interligada com a obrigatoriedade de o escrivão da instituição ter de indicar sempre a data de nascimento das crianças, ainda que o valor registado represente uma estimativa – daí que, do total de assentos individuais analisados, 14 mencionem que a idade apontada é a “provável”.

Os dados quantitativos apurados a partir da fonte revelaram que, das 765 crianças que deram entrada na Casa-Hospício do Porto na cronologia em estudo, 364, ou seja, cerca de 48%, tinham idades entre 1 mês e 1 ano – uma tendência que permite perceber qual o perfil dos menores acolhidos pela instituição. Contudo, embora a faixa etária indicada seja a mais frequente, devemos assinalar uma forte presença de crianças cuja idade de abandono é superior a 1 ano, mas inferior a 7 anos, visto que se registam 207 casos nesta circunstância, ou seja, 27%. Após os valores enunciados, o intervalo etário

²⁵ FONTE, Teodoro Afonso da – *No limiar da honra e da pobreza: a infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)*, p. 291.

que compreende mais resultados absolutos, 129, corresponde às crianças com mais de 7 anos. Relativamente a estes últimos, importa aclarar que, apesar de nos dois primeiros anos só terem entrado na instituição 26 menores – os quais na maioria dos casos tinham ficado órfãos –, a verdade é que, no ano de 1917 registaram-se 103 matrículas, um valor que manifesta um aumento exponencial e a inversão da propensão verificada até então. Por último, interessa referir que, embora com menor assiduidade, o Hospício recebeu 65 crianças com idade igual ou inferior a 1 mês (Quadro 4).

Quadro 4: A idade das crianças à entrada na Casa-Hospício do Porto (1915-1917)

Idade	Crianças acolhidas	
	Número	Percentagem
<=1 mês	65	8%
>1 mês a 1 ano	364	48%
>1 ano a 7 anos	207	27%
>7 anos	129	17%
Total	765	100%

Fonte: ADP. Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 1915 – 1917.

4.4. O enxoval que acompanhava as crianças no momento de entrada na instituição

A última componente de estudo associada ao perfil incide sobre o enxoval dos menores, isto é, o conjunto de roupas e eventuais adereços que acompanhava as crianças no momento de entrada na instituição. Devemos, desde já, salientar que a realidade registada em 1915 e 1916 contrasta vigorosamente com a de 1917, pelo que se considerou necessário dividir esta explicação em duas partes, correspondentes a dois períodos diferenciados.

No que concerne aos anos de 1915 e 1916, é relevante salientar que a inventariação de um conjunto alargado de enxovais revelou que, apesar da grande heterogeneidade ao nível das peças e quantidades, comumente estes eram compostos por: camisa, camisola, chambre, baba, baeta, faixa, lenço, panos, saia, calças, vestido, touca, apertador, corpete, meias e sapatos. Por vezes, a somar aos anteriores, contávamos ainda com um “bilhete com o nome da criança”, “medalhas” ou “brincos d’ouro”, os quais em tudo contrastam com anotações como a de “pano velho”. Além disso, dos 441 assentos individuais, assinalam-se 10 casos de ausência de enxoval – o que seria reflexo de uma pobreza

extrema – e, um caso particular em que a instituição hospitalar onde a mãe do menor se encontrava internada enviou um generoso enxoval. Neste sentido, constata-se que, à semelhança do que acontecia noutros hospícios, o enxoval dos menores portuenses amparados pela Casa-Hospício refletia a condição socioeconómica das famílias de onde provinham.

Num quadro completamente díspar, os assentos atinentes ao ano de 1917 dão conta de uma escassez de referências ao enxoval. De facto, entre o universo de 324 crianças que entraram na instituição no ano em questão, somente 7 registos mencionam o enxoval e um indica expressamente que "a criança não trouxe enxoval"²⁶. Assim, uma vez que não temos conhecimento de qualquer alteração legislativa sobre esta questão, fica por esclarecer se efetivamente diminuiu significativamente o número de crianças que entraram na instituição com enxoval ou se, eventualmente, tal situação é uma lacuna da fonte fruto de mudanças de funcionários ou até mesmo do descurar de pormenores nos registos.

5. Fluxo de entradas/saídas das crianças e respetiva causalidade

5.1. Os valores estatísticos associados às circunstâncias de admissão dos menores: tipologias e causas

A Casa-Hospício do Porto amparava menores que, por infortúnios vários, se viam impossibilitados de permanecer no seio familiar. Embora tudo aponte para uma prestação de cuidados isenta da história de vida que antecede a matrícula, a verdade é que, dependendo da circunstância de admissão, a criança integrava a instituição na qualidade de “desvalida”, “desvalida – admissão provisória”, “exposta” ou “abandonada”. Perante tal averiguação, considera-se oportuno aclarar as terminologias apontadas e as tendências que as mesmas registaram.

A análise dos assentos das 765 crianças que entraram na instituição entre 1915 e 1917 demonstra que a admissão mais reiterada, num total de 655 casos, corresponde à tipologia “desvalida”. A articulação entre os dados expressos nos *Livros das Entradas* e a argumentação desenvolvida no artigo de Maria Antónia Lopes indica que eram consideradas desvalidas todas as crianças que eram expostas no Hospício na sequência da morte, prisão, degredo ou doença dos progenitores.

²⁶ ADP. Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 22 dezembro 1917.

Não muito distante desta realidade estavam as 93 crianças que deram entrada na Casa-Hospício do Porto como desvalidas, mas com a particularidade de se tratar de uma admissão provisória, o que significa que se previa que a permanência na instituição fosse provisória, geralmente dias ou meses, como acontecia em circunstância de internamento hospitalar da mãe. Relativamente a estes últimos, importa adicionar 5 casos em que, apesar de o menor ter ingressado no Hospício de forma provisória, a matrícula acabou posteriormente por adquirir um caráter permanente.

Seguem-se 8 expostos filhos de pais incógnitos e por eles abandonados, motivo pelo qual na quase totalidade das situações se estime a data de nascimento e desconheça a naturalidade e a filiação. Temos igualmente de dar nota de 3 menores acolhidos na instituição como “abandonados”, ou seja, “filhos de pais conhecidos que desapareceram sem deixar ninguém velando por elas”²⁷. Por último, devemos também assinalar um caso excepcional, em que o registo apresenta a seguinte inscrição “Desvalida. Exposta”, uma referência que só parece compreensível como sendo um erro da parte do redator do assento em questão²⁸(Anexo 5).

Quadro 5: As circunstâncias de admissão das crianças na Casa-Hospício do Porto (1915-1917)

Tipologia de admissão	Número de crianças
Desvalida	655
Desvalida – admissão provisória	93
Provisória com passagem para permanente	5
Expostos	8
Abandonados	3
Desvalida e Exposta	1
Total	765

Fonte: ADP. Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 1915 – 1917.

5.2. As saídas das crianças da Casa-Hospício: tipologias e causas

Os *Livros das Entradas* patenteiam, de igual modo, um fluxo inverso e complexo – as saídas da instituição. De acordo com a informação recolhida a partir da análise dos assentos de 1915, 1916 e 1917, 715 crianças, ou seja, cerca de 93%, saíram do Hospício pelo menos uma vez – e, em casos esporádicos, duas ou mais vezes – por questões de

²⁷ LOPES, Maria Antónia – “Assistência pública à infância após a extinção da Roda dos Expostos: Hospício dos Abandonados e crianças maiores de sete anos (distrito de Coimbra, 1872-1890)”. In CAPELA, José Viriato [et al.] (org.) - *Da caridade à solidariedade: políticas públicas e práticas particulares no mundo ibérico*. Braga: Universidade do Minho/Lab2PT, 2016, p. 5.

²⁸ ADP. Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 9 abril 1917.

índole administrativa, hospitalar, familiar ou educativa. Procuraremos, por isso, analisar individualmente as tendências e os contextos inerentes a cada uma das tipologias.

Partindo das informações recolhidas a partir da fonte, podemos afirmar que, das crianças que saíram da instituição, 275, isto é, aproximadamente 36%, saíram em determinado(s) momento(s) para serem acolhidas e criadas por amas. A utilização do plural justifica-se pelo facto de em muitos casos, as crianças serem submetidas pelas amas a uma nova entrada no Hospício – à qual por vezes se seguia, uma vez mais, outra saída (relativamente a esta última não se sabe, com certeza, se o destino seria a mesma ama e respetiva família ou se existiria algum tipo de rotação). Os valores apurados para esta categoria, por sinal a mais frequente, evidencia a mutabilidade que marcava a vida destas crianças.

Intrinsecamente articuladas com a mudança de ambiente encontram-se também as 215 crianças que foram transferidas para outras instituições com o intuito de as preparar e formar técnica e profissionalmente. À exceção das transferências para o Hospício de Penafiel e para o Hospício Sidónio Pais, esta situação apresenta a particularidade de se realizar mediante o género dos menores transferidos: os rapazes ingressavam no Asilo do Barão de Nova Sintra e em instituições de assistência infantil administradas pela Junta Geral do Distrito do Porto como a Colónia Agrícola Ferreira Lapa, a Casa Pia de Paço de Sousa e a Casa Paterna, para onde iam os mais capacitados ou com aptidões naturais; enquanto que as raparigas eram reencaminhadas para a Escola Materna (onde aprendiam, por exemplo, costura e bordados), a Escola Profissional Feminina e Escola Rosa Santos (para obter formação em cozinha e outros ofícios relacionados com trabalhos domésticos).

Contrariando a tendência de afastamento do seio familiar que vinha sendo delineada, 129 crianças regressaram aos cuidados dos progenitores. O cruzamento da informação apurada a partir da fonte e da bibliografia parece indicar um regresso a casa resultante do cessar de tratamento hospitalar a um dos progenitores ou, em algumas situações, da reunião de condições (económicas, logísticas, emocionais, etc.) que possibilitavam acolher novamente a criança. Note-se ainda que parte deste valor integra, igualmente, os 48 assentos articulados com a tipologia de “saída maiores de 7 anos”, uma categoria assente em questões administrativas, na medida em que após esta idade as crianças, que até então eram distribuídas pelas amas, passavam a receber formação profissional e de preparação para o futuro. Igualmente com um total de 48 menções em assentos encontra-se a tipologia de “saídas para internamento”, a qual engloba saídas para

o Hospital Joaquim Urbano (um centro hospitalar de referência em doenças infetocontagiosas), para o Hospital da Junta Geral (um convénio que se entende à luz da coincidência de administração da Casa-Hospício do Porto), para o Hospital do Bonfim e ainda, segundo alguns registos para a “enfermaria de isolamento”, sem que, contudo, se especifique a localização da mesma²⁹.

Quadro 6: As saídas das crianças da Casa-Hospício do Porto (1915-1917)

Tipologia de saída	Número de crianças
Entregues a amas	275
Transferidas para outras instituições	215
Entregues à família	129
Saída maiores de 7 anos	48
Saídas para internamento hospitalar	48
Total	715

Fonte: ADP. Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 1915 – 1917.

6. O abandono infantil: razões e intervenientes no encaminhamento para a Casa-Hospício do Porto

6.1. Motivos de entrada das crianças acolhidas pela Casa-Hospício do Porto

Uma das questões mais frequentes e controversas na investigação sobre a questão do abandono infantil – e, por isso, um ponto incontornável no presente estudo – diz respeito às razões para a transferência das crianças da esfera familiar para a esfera pública. No entanto, interessa, de antemão, advertir para o facto de que qualquer tentativa para expor e hierarquizar as causas do abandono de crianças “será tão redutora como excessivamente pretensiosa, por se tratar de um problema que tanto poderia ser público e socialmente aceite como permanecer no foro mais íntimo e privado”³⁰. Paralelamente, importa mencionar que a análise que se segue tem por base os 63 assentos (de um total de 765) que expressam de forma direta a causa do ingresso, pelo que se deve salvaguardar a possibilidade de esta poder não estar em concordância com a realidade.

Posto isto, importa referir que entre os motivos indicados nos registos, o internamento hospitalar da progenitora para a realização de tratamento médico no Hospital de Santo António prevalece como a causa mais frequente para a entrada na instituição portuense, na medida em que se verificam 31 casos nesta circunstância.

²⁹ Exemplo: ADP. Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 28 dezembro 1917

³⁰ FONTE, Teodoro Afonso da – *No limiar da honra e da pobreza: a infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)*, p. 109.

Seguem-se 2 situações em que ambos os progenitores se encontravam presos, 11 casos de uma entrada na instituição motivada pelo cumprimento de pena de prisão por parte da mãe e 2 por parte do pai. Relativamente a estes dois últimos, à informação da detenção do pai, o registo acrescenta que a “mãe vivia na mais extrema miséria”³¹. De igual maneira, a análise da fonte demonstra 5 casos em que a razão que impulsionou a matrícula se ficou a dever à morte da mãe, sendo que em um deles se especifica que, após o falecimento da progenitora, o pai abandonou a criança. Entre os assentos que referem a causa do abandono, incluem-se 2 situações em que a mãe da criança a entregou aos cuidados de outra família, a qual, por sua vez, a entregou no Hospício; 3 em que os menores foram deixados à porta de uma casa; 4 que foram encontradas na via pública e 1 em que se regista apenas que “a mãe abandonou”³² (Quadro 7).

As causas indicadas encontram-se explicitamente assinaladas nos registos como sendo as que determinaram a entrada dos menores na Casa-Hospício Porto. Todavia, não podemos negligenciar outras informações que, indiretamente, poderão justificar o ato de entregar as crianças aos cuidados institucionais: é o caso dos estados civis e das profissões constantes no parâmetro alusivo aos pais, a partir dos quais poderemos inferir as prováveis condições económicas e sociais da família das crianças. De facto, ao longo da análise realizada, frequentemente nos deparamos com casos de menores cuja mãe era solteira e o pai era, ora incógnito, ora casado – o que nos leva a presumir que a entrega da criança às entidades públicas competentes poderia ser uma tentativa de salvaguardar a honorabilidade familiar ou, até mesmo, de subtrair os menores à fome. Suscetíveis de especulação estão também a grande maioria dos casos que indicam que os pais exerciam modestas profissões – como serviçal, fiandeira, costureira, gaspeadeira, dobadeira, doméstica, forradeira de chapéus, peixeira, operária ou padeira – ou até que eram meretrizes, indigentes ou mendigos, uma vez que tais referências poderão correlacionar-se com realidades familiares pautadas por dificuldades económicas e, em casos mais extremos, por miséria, motivo pelo qual a entrada no Hospício constituía uma solução.

Quadro 7: Motivo de entrada das crianças na Casa-Hospício do Porto (1915-1917)

Motivo de abandono	Número de crianças
Falecimento de um ou dos dois progenitores	7

³¹ ADP. Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 16 outubro 1917.

³² ADP. Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 26 março 1917.

"a mãe falecera, tendo o pai abandonado a filha" ³³	1
Tratamento hospitalar da progenitora	30
Cumprimento de pena de prisão da parte de um ou dos dois progenitores	15
Criança encontrava-se aos cuidados de outra família	2
Encontrada à porta de uma casa	3
Encontrada na via pública	1
Encontrada em campos/bouças	3
“Mãe abandonou a criança” ³⁴	1
Total	63³⁵

Fonte: ADP. Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 1915 – 1917.

6.2. Os intervenientes na condução das crianças para a instituição: entidades e contexto da entrada

A análise e tratamento dos assentos individuais que compõem os *Livros das Entradas* na Casa- Hospício do Porto nos anos de 1915 e 1917 demonstrou a existência de um conjunto de entidades cujos oficiais conduziam as crianças para o Hospício – uma situação que reflete a influência e importância reconhecida à instituição em estudo. Tal como expresso no Quadro 8, entre as várias entidades mencionadas, a Junta Geral do Distrito do Porto destaca-se nitidamente das demais, visto que 672 registos (cerca de 87% do total analisado) referenciam que o acompanhamento das crianças foi efetuado por oficiais deste órgão administrativo. Tal ênfase poderá, de algum modo, estar associada ao facto de, desde 1878, a Junta Geral do Distrito assumir a tutela da administração do Hospício, pelo que se debruçaria de forma direta no auxílio à infância desamparada. Aliás, talvez pela razão mencionada, encontramos inclusivamente um caso em que a responsabilidade da entrada na instituição está repartida entre a Junta Geral do Distrito do Porto e o juiz de Direito do Distrito Criminal da Comarca do Porto; 4 em que se faz menção à Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito do Porto e 27 assentos que atribuem uma corresponsabilidade à Junta Geral do Distrito do Porto e à Tutoria Central da Infância – uma instituição que se define como “um tribunal colectivo especial,

³³ ADP. Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 22 novembro 1915.

³⁴ A inscrição do assento individual somente indica que “a mãe a abandonou”.

ADP. Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 26 março 1917.

³⁵ Note-se que este valor corresponde ao total de registos que indicam o motivo de abandono.

essencialmente de equidade, que se destina a guardar, defender e proteger os menores em perigo moral, desamparados ou delinquentes, sob a divisa: «Educação e Trabalho»³⁶

Além do mencionado, deve salientar-se a referência a oficiais pertencentes ao Hospital Geral de Santo António e à Cadeia Civil do Porto, os quais são indicados, respetivamente, em 33 e 7 registos, devido a internamento hospitalar ou cumprimento de pena de prisão das mães. Entre os dados apresentados evidenciamos 7 casos em que, no seguimento da participação do abandono de um recém-nascido na via pública, os agentes da Polícia Civil do Porto entregaram o bebé no Hospício, e 13 situações em que, perante o abandono de crianças nos concelhos de Gaia, Gondomar, Matosinhos e Vila do Conde, as administrações concelhias as encaminharam para a mesma instituição de assistência. De referir ainda que em 2 registos a entidade indicada é o juiz de Direito do Distrito Criminal da comarca do Porto; que em 1 caso se remete para a Casa-Hospício de Penafiel, com guia de transferência, e que 2 assentos não contêm informação quanto a este parâmetro.

Quadro 8: Entidades que encaminharam as crianças para a Casa-Hospício do Porto (1915 e 1917)

Entidades	Ocorrências
Junta Geral do Distrito do Porto	672
Junta Geral do Distrito do Porto; Juiz de Direito do Distrito criminal da comarca do Porto	1
Junta Geral do Distrito do Porto/ Tutoria Central da Infância	27
Casa Hospício de Penafiel	1
Cadeia Civil do Porto	7
Polícia Civil do Porto	7
Hospital Geral de Santo António	33
Juiz de Direito do Distrito criminal da comarca do Porto	2
Administração do concelho de Gaia	9
Administração do concelho de Gondomar	1
Administração do concelho de Matosinhos	2
Administração do concelho de Vila do Conde	1
Sem informação	2

Fonte: ADP. Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 1915 – 1917.

³⁶TOMÉ, Maria Rosa – “A cidadania infantil na Primeira República e a tutoria da infância: a criação da Tutoria de Coimbra e do refúgio anexo”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº 10, Tomo II (2010), p. 491.

7. A mortalidade das crianças da Casa-Hospício do Porto

7.1. Valores da mortalidade registada na Casa-Hospício entre 1915 e 1917: comparação com os anos antecedentes e com outras instituições destinadas à assistência e proteção infantil

Nos séculos XIX e XX a mortalidade infantil persistia e grassava nas Casas da Roda e nas Casas-Hospícios. Assim, revela-se imprescindível analisar os cenários desoladores associados aos valores da letalidade registada em contexto institucional.

A fim de apresentar um discurso claro e objetivo, consideramos pertinente estruturar o presente ponto em dois momentos distintos: primeiramente, trataremos de esquadrihar os valores da mortalidade assinalados nos anos antecedentes à cronologia em estudo; na segunda parte, procuraremos, examinar os dados concernentes à Casa-Hospício do Porto nos anos de 1915, 1916 e 1917 e, simultaneamente, estabelecer uma comparação com o mesmo tipo de informação apurada noutras instituições destinadas à assistência e proteção infantil.

As taxas de mortalidade registadas aquando da existência das Casas da Roda são de tal modo elevadas que, de acordo com Teodoro da Fonte:

Alguns autores não hesitaram em apelidar esta mortalidade como um “massacre dos inocentes” ou “sacrifício dos inocentes”, sem esquecer aqueles que a consideraram um “infanticídio deferido”, culpabilizando os responsáveis por essas exposições, no pressuposto de que a probabilidade de sobrevivência seria muito reduzida.³⁷

De facto, segundo estudos empreendidos para analisar instituições de apoio à infância desprotegida desta natureza, muitas das crianças expostas nas Casas da Roda faleciam ainda nos primeiros meses de vida: veja-se o caso da Roda de Lisboa, a qual só no ano de 1862 registou 369 óbitos recém-nascidos. Em conformidade com o panorama enunciado, não surpreende que, em 1867, o relatório contíguo ao regulamento nacional para o serviço dos expostos declare que «os cálculos da mortalidade ferem tão profundamente o coração do homem»³⁸.

Com o intento de averiguar a perpetuidade da “hecatombe”³⁹ acima descrita, tornou-se primordial analisar os dados quantitativos atinentes à mortalidade registada entre 1915 e 1917 na Casa-Hospício do Porto. Note-se, contudo, que perante o hiato

³⁷ FONTE, Teodoro Afonso da – *No limiar da honra e da pobreza: a infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)*, p. 269.

³⁸ FONTE, Teodoro Afonso da – *No limiar da honra e da pobreza: a infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)*, p. 271 e 272.

³⁹ Note-se que este termo é utilizado por Teodoro da Fonte e por Maria Antónia Lopes.

verificado nos registos dos *Livros das Entradas*, a abordagem que se segue somente poderá indicar o valor total da letalidade e alguns dados (escassos face ao conjunto de assentos analisados) complementares relativos ao local da morte.

Dessarte, no que respeita ao total de 765 crianças que passaram para a alçada da instituição portuense ao longo dos três anos mencionados, concerne dizer que, de acordo com as informações explicitamente inscritas nos assentos individuais, faleceram 381 crianças, ou seja, 49,8%: 324 na Casa-Hospício do Porto, 31 em poder da ama (ou seja, na casa da ama), 11 no Hospital da Junta Geral, 10 no Hospital Joaquim Urbano, 3 na Enfermaria de Isolamento, 1 no Hospital Santos Pousada e 1 que “faleceu em poder da ama à porta d’esta Casa Hospício”⁴⁰ (Quadro 9). Posto isto, é plausível afirmar que este significativo valor se distancia dos objetivos subjacentes à criação da instituição: conceder proteção e assistência à infância desvalida, exposta e abandonada.

A elevada mortalidade infantil registada na Casa-Hospício do Porto era, na verdade, em maior ou menor grau, extensiva a outras regiões de Portugal e, inclusivamente, a pontos geográficos além-fronteiras nacionais, razão pela qual é exequível estabelecer uma analogia com os dados obtidos para outras instituições. Note-se que, em congruência com a bibliografia selecionada, avançaremos com informação respeitante aos casos de Lisboa e Coimbra. Nesta lógica, no que concerne a estas duas cidades portuguesas, Joana Paulino e Maria Antónia Lopes demonstram que, ainda que se assinale um decréscimo face aos valores registados pela Casas da Roda, a mortalidade infantil nos Hospícios permanecia elevada: em Lisboa – onde entre 1863-1870 chegaram a morrer 2124 crianças por ano – assinalam-se em 1903, 93 mortes⁴¹; por seu turno, em Coimbra – onde entre 1854-1870 faleceram 5268 expostos sob tutela da Roda – registam-se entre 1873-1890, 565 óbitos de menores a cargo do Hospício⁴².

Quadro 9: Local de falecimento das crianças da Casa-Hospício do Porto (1915 e 1917)

Local de falecimento das crianças	Número de crianças
Casa-Hospício do Porto	324
Hospital da Junta Geral	11

⁴⁰ ADP. Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 5 maio 1915.

⁴¹ PAULINO, Joana Catarina Vieira – “Os expostos em números: uma análise quantitativa do abandono infantil na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1850-1903)”. In PEREIRA, Ana Catarina [et al.] (coord.) - *Actas do IX Encontro Nacional de Estudantes de História*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2014, p.200.

⁴² LOPES, Maria Antónia – “Assistência pública à infância após a extinção da Roda dos Expostos: Hospício dos Abandonados e crianças maiores de sete anos (distrito de Coimbra, 1872-1890)”, p. 14.

Hospital Joaquim Urbano	10
Enfermaria de Isolamento	3
Hospital Santos Pousada	1
“faleceu em poder da ama à porta d’esta Casa Hospício”	1

Fonte: ADP. Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 1915 – 1917.

7.2. Causas da mortalidade e medidas implementadas para a atenuar

A morte precoce constituiu o destino mais frequente da infortuna vida das crianças que, por múltiplos motivos, entre 1915 e 1917, foram submetidas à jurisdição da Casa-Hospício do Porto⁴³. Revela-se, por isso, profícuo finalizar a abordagem desta problemática com a análise das possíveis causas da elevada letalidade e com o apuramento da implementação de medidas que a visavam atenuar.

Antes de procedermos ao aprofundamento das duas vertentes delineadas, revela-se conveniente indicar que os assentos individuais que compõem os *Livros das Entradas* não nos informam diretamente sobre as causas da morte dos menores ou sobre as medidas tomadas para de reduzir a mortalidade infantil dentro da instituição em estudo. Efetivamente, no que concerne às duas dimensões aludidas, a fonte selecionada limita-se a mencionar a data de falecimento e, em situações esporádicas, o local da morte ou outras informações complementares, pelo que importa advertir para o facto de que a análise que se segue será fundamentada com dados indiretamente fornecidos pela fonte e pela bibliografia.

Embora, tal como aclarado, os registos individuais não indiquem expressamente o motivo da morte da criança, a verdade se assinala alguma informação que nos permite clarear a penumbra que marca esta questão: é o caso da referência a uma criança com varíola e de frequentes alusões a internamentos no Hospital Joaquim Urbano, unidade hospitalar reconhecida pelo tratamento de doenças infetocontagiosas. Se a estes indícios somarmos o facto de que “segundo os estudos desenvolvidos por alguns investigadores, as principais causas dos óbitos destas crianças estão ligadas a enfermidades que afectavam as crianças dos países da Europa Meridional”⁴⁴ – como a varíola, a difteria, as perturbações gastrintestinais, a tosse convulsa, o sarampo, a escarlatina ou a rubéola – é

⁴³ Note-se que esta constatação é feita com base na análise dos assentos individuais das crianças que entraram na instituição entre 1915 e 1917, pelo que não inclui as crianças matriculadas em anos anteriores e que permaneciam na instituição.

⁴⁴ FONTE, Teodoro Afonso da – *No limiar da honra e da pobreza: a infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)*, p. 235.

possível deprender que entre os motivos da letalidade constariam sobretudo doenças infetocontagiosas.

No seguimento do enunciado, interessa, igualmente, dar nota de situações em que a criança morre no(s) dia(s) seguinte(s) e inclusivamente “à porta d’ esta Casa Hospício” – ocorrências que demonstram que alguns menores seriam admitidos no estabelecimento em mau estado de saúde. Note-se que os críticos e complexos quadros clínicos das crianças vítimas desta fatalidade poderiam estar articulados com precárias condições higiénico-sanitárias, a ausência de auxílio médico nos partos, a precoce transferência dos cuidados maternos para os cuidados institucionais ou com as inúmeras saídas para amas e consequentes reentradas na Casa-Hospício ao fim de um determinado período.

Por sua vez, quanto à determinação de medidas profiláticas, o certo é que desconhecemos as deliberações tomadas nesse sentido na cronologia em estudo. Porém, atendendo novamente a menções indiretas nos registos, é viável referir a vacinação, visto que 35 assentos individuais em 1916 e 28 em 1917 referem que a criança recebeu vacina. Ainda que não se saiba o contexto ou propósito deste procedimento (ou seja, as doenças que aspiravam combater), constatamos que os registos de 1915 não fazem menção a vacinação, pelo que tudo aponta para um início desta prática no ano de 1916. Além disso, tendo em linha de conta um cruzamento entre informações singulares que encontramos nos *Livros das Entradas* e estudos dos autores selecionados, podemos mencionar a adoção de Enfermarias de Isolamento, as quais cremos que existiam na Casa-Hospício do Porto em virtudes de notas que apontam que a criança foi “internada na Enfermaria de Isolamento” ou até mesmo que “faleceu na Enfermaria de Isolamento”⁴⁵.

Conclusão

Concluída a nossa análise, apresentamos agora as principais conclusões do quadro traçado de acordo com os objetivos previamente delineados e as limitações evidenciadas.

Tal como ficou perceptível, fruto e reflexo de um extenso processo evolutivo impulsionado, simultaneamente, pela persistência do abandono infantil em Portugal e pela preocupação crescente, embora lenta, com a infância, assistimos à institucionalização de um sistema público de auxílio e proteção às crianças desamparadas que procurava responder às necessidades dos séculos XIX e XX. Entre o conjunto de mecanismos institucionais consta a Casa-Hospício do Porto, fundada em 1864 – a qual,

⁴⁵ Exemplo: ADP. Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 11 novembro 1916

embora demarcada por regulamentação distinta, alberga o legado da anterior Casa da Roda.

Entre 1915 e 1917, a Casa-Hospício do Porto acolheu 765 crianças impedidas de permanecer no seio familiar – um valor, efetivamente, significativo que corrobora o caráter imprescindível do estabelecimento na concessão do indispensável amparo e abrigo. De acordo com os assentos individuais dos *Livros 132 e 133 Entradas*, o perfil dos menores transferidos da alçada familiar para a Casa-Hospício portuense era marcadamente masculino, com idade compreendida entre 1 mês e 1 ano e naturais do distrito do Porto. Tornou-se igualmente perceptível que entre o conjunto de razões associadas à entrada e entre as entidades responsáveis pela condução à instituição prevalece, respetivamente, o internamento hospitalar da progenitora e o acompanhamento dos oficiais da Junta Geral do Distrito do Porto. Ademais, a fonte analisada evidenciou uma elevada mortalidade registada em contexto interno, pelo que é possível comprovar, na prática, um acentuado desvio entre o principal desígnio que norteava a instituição – proteger a infância desvalida – e a realidade quotidiana da Casa-Hospício do Porto.

Atendendo ao enunciado, apraz dizer que a recolha da informação realizada e a análise desenvolvida ao longo do estudo responde, em maior ou menor grau, a todos os objetivos que integravam a questão histórica criada. Note-se que o parêntesis alusivo à intensidade se deve, sobretudo, ao facto de, em virtude de lacunas da fonte, não ter sido possível apurar as causas da morte das crianças acolhidas e a adoção de medidas implementadas para atenuar a elevada letalidade. Além da questão da mortalidade, num estudo mais detalhado, seria ainda vantajoso procurar analisar o trajeto de vida das crianças acolhidas no período posterior à sua passagem pela instituição.

Em suma, o presente estudo sobre o auxílio concedido pela Casa-Hospício do Porto à infância desvalida, o perfil das crianças acolhidas entre 1915 e 1917 e o seu percurso na instituição demonstra que, independentemente das circunstâncias que motivaram a entrada no estabelecimento, estes menores tinham em comum a infelicidade de vivenciarem uma infância pautada por infortúnios – razão qual podemos dizer que a investigação prima por dar voz a histórias de vida silenciadas.

Fontes

Fonte manuscrita

Arquivo Distrital do Porto (ADP). Casa Hospício do Porto – *Livros das Entradas*, 1915-1917

Fontes impressas

Arquivos do Instituto Central de Higiene – *Estatística do Movimento Fisiológico da População Portuguesa: 1915* [Em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1921. [Consult. 28 jun.2021]. Disponível em WWW: <URL: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=285184979&PUBLICACOESstema=55466&PUBLICACOESmodo=2

Arquivos do Instituto Central de Higiene – *Estatística do Movimento Fisiológico da População Portuguesa: 1916* [Em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1921. [Consult. 28 jun.2021]. Disponível em WWW: <URL: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=285185653&PUBLICACOESstema=55466&PUBLICACOESmodo=2

Arquivos do Instituto Central de Higiene – *Estatística do Movimento Fisiológico da População Portuguesa: 1917* [Em linha]. Lisboa: Imprensa Nacional, 1922. [Consult. 28 jun.2021]. Disponível em WWW: <URL: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=285186313&PUBLICACOESstema=55466&PUBLICACOESmodo=2

Estudos

CARDOSO, Vilma – *Os órfãos e expostos de Penafiel (1872- 1902)*. [Penafiel]: [Edição de autor], 2004

FONTE, Teodoro Afonso da – *No limiar da honra e da pobreza: a infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)* [Em linha]. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2004. [Consult. 5 mar.2021]. Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade do Minho. Disponível em WWW: <URL: <https://core.ac.uk/download/pdf/55602517.pdf>

GUEDES, Ana Isabel Marques – “Os órfãos em Portugal (séculos XVII – XIX)”. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; FERREIRA, Fátima Moura (org.) – *A infância no universo assistencial da Península Ibérica (sécs. XVI-XIX)*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008. Pp. 17-29

LOPES, Maria Antónia – “A assistência pública à infância após a extinção da Roda dos Expostos: Hospício dos Abandonados e crianças maiores de sete anos (distrito de Coimbra, 1872-1890)”. In CAPELA, José Viriato [et al.] (org.) – *Da caridade à*

- solidariedade: políticas públicas e práticas particulares no mundo ibérico* [Em linha]. Braga: Universidade do Minho/Lab2PT, 2016. [Consult. 20 fev. 2021], pp.173-191. Disponível em WWW: <URL: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/33343>
- MARTINS, Ernesto Candeias – “A Infância Desprotegida Portuguesa na Primeira Metade do Século XX”. *Infância e Juventude: revista do Instituto de Reinserção Social Ministério da Justiça* [Em linha], nº 4 (out./dez.2006), pp. 93-130. [Consult. 20 fev.2021]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorio.ipcb.pt/handle/10400.11/907>
- MARTINS, Ernesto Candeias – “As reformas sociais e a protecção da criança marginalizada: estudo histórico do século XIX a meados do século XX”. *Infância e Juventude: revista do Instituto de Reinserção Social Ministério da Justiça* [Em linha], nº 3 (jul./set.2002), pp. 55-93. [Consult. 20 fev.2021]. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorio.ipcb.pt/handle/10400.11/848>.
- MATTOSO, José (dir.) – “História da Vida Privada em Portugal”. In VAQUINHAS, Irene (coord.) – *História da Vida Privada em Portugal: A Época Contemporânea*. [Lisboa]: Temas e Debates, 2011 (vol. 3)
- MOREIRA, Ana Dorinda Soares Martins – *Da Casa da Roda ao Hospício dos Expostos do Porto: estudo e tratamento arquivístico (1838-1878)* [Em linha]. Porto: [Edição do autor], 2011. [Consult. 20 fev.2021]. Dissertação de mestrado em História e Património, ramo Arquivos Históricos, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em WWW: <URL: https://catalogo.up.pt/F/?func=short0&set_number=006144
- PAULINO, Joana Catarina Vieira – “Os expostos em números: uma análise quantitativa do abandono infantil na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1850-1903)”. In PEREIRA, Ana Catarina [et al.] (coord.) – *Actas do IX Encontro Nacional de Estudantes de História* [Em linha]. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2014. [Consult. 22 fev. 2020], pp.185-215. Disponível em WWW:<URL:https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/3096696/IHC_Joana_Paulino_Os_Expostos_em_Numeros_Uma_Analise_Quantitativa_do_Abandono_Infantil_na_Santa_Casa_da_Misericordia_de_Lisboa_1850_1903_.pdf.
- PERROT, Michelle (dir.) – “História da vida privada: Da Revolução à Grande Guerra”; trad. Por Armando Luís de Carvalho Homem. In ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (dir.) – *História da vida privada*. Porto: Afrontamento, 1990 (vol. IV)
- RAMOS, Rui – “A Segunda Fundação (1890-1926)”. In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994. (Vol. VI)

SÁ, Isabel dos Guimarães – *A Assistência aos Expostos no Porto. Aspectos institucionais (1519-1838)*. Porto: [Edição do Autor], 1987. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

SÁ, Isabel dos Guimarães – “Abandono de crianças, ilegitimidades e concepções pré-nupciais em Portugal: estudos Recentes e Perspetivas”. In PÉREZ MOREDA, Vicente (coord.) – *Expostos e ilegítimos na realidade Ibérica: do século XVI ao presente: actas do Congresso da Associação Ibérica de Demografia Histórica (ADEH) 3*. Porto: Edições Afrontamento, [D.l. 1996]

TOMÉ, Maria Rosa – “A cidadania infantil na Primeira República e a tutoria da infância: a criação da Tutoria de Coimbra e do refúgio anexo”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* [Em linha], nº 10, Tomo II (2010), pp. 481-500. [Consult. 10 abr.2020]. Disponível em WWW: <URL: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/39532/1/A%20cidadania%20infantil%20na%20Primeira.pdf>

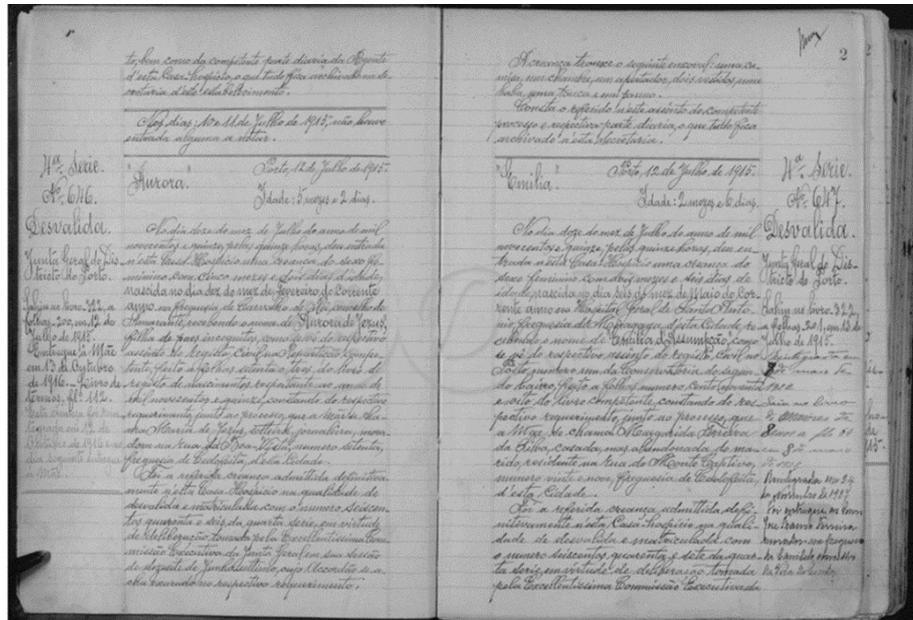
TOMÉ, Maria Rosa – *Justiça e Cidadania Infantil em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra* [Em linha]. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012. [Consult. 29 jun.2021]. Tese de Doutoramento em Letras, área de História na especialidade de História Contemporânea, apresentada à Universidade de Coimbra. Disponível em WWW: <URL: https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/23812/3/Tese_RosaTom%C3%A9.pdf

VALÉRIO, Nuno (coord.) – *Estatísticas Históricas Portuguesas* [Em linha]. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2001. [Consult. 20 abr.2021]. Disponível em WWW:<URL:https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=138364&PUBLICACOESmodo=2

VAN ROSSUM, Arnold Arie – *A questão das subsistências no Porto, no período da Grande Guerra* [Em linha]. Porto: [Edição do Autor], 2011. [Consult. 26 jun. 2021]. Dissertação de mestrado em História Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto Disponível em WWW: <URL:https://catalogo.up.pt/exlibris/aleph/a23_1/apache_media/IYBAEU9V978UBD5F76MPDJL2DUUGP.pdf

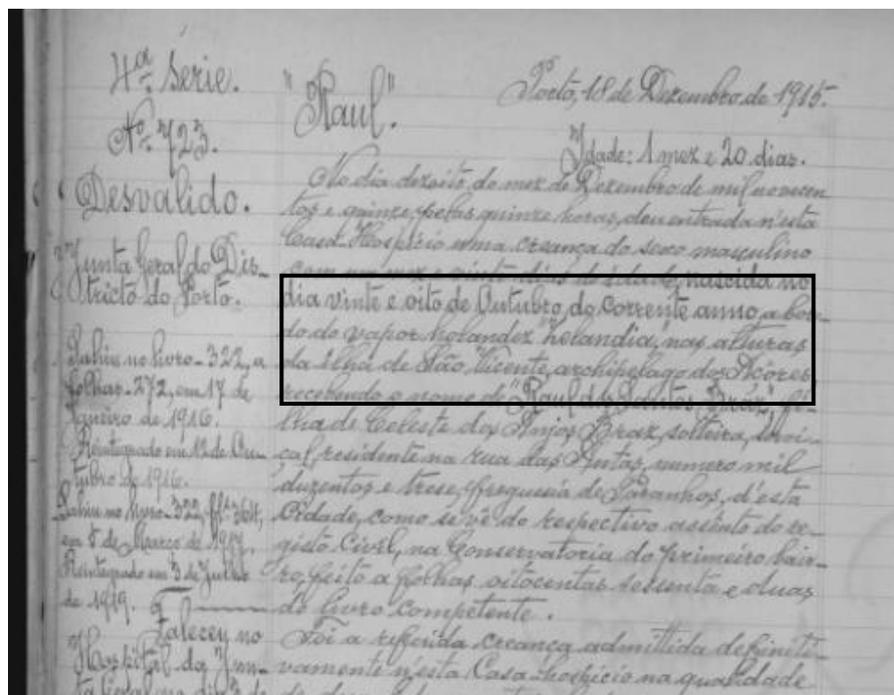
Anexos

Anexo 1: Páginas do Livro 133 Entradas.



Fonte: ADP. Casa Hospício do Porto — *Livros de Entradas*, 12 julho 1915.

Anexo 2: Assento individual da criança que nasceu “a bordo do vapor holandês Zelandia, nas alturas da ilha de São Vicente, arquipélago dos Açores”.

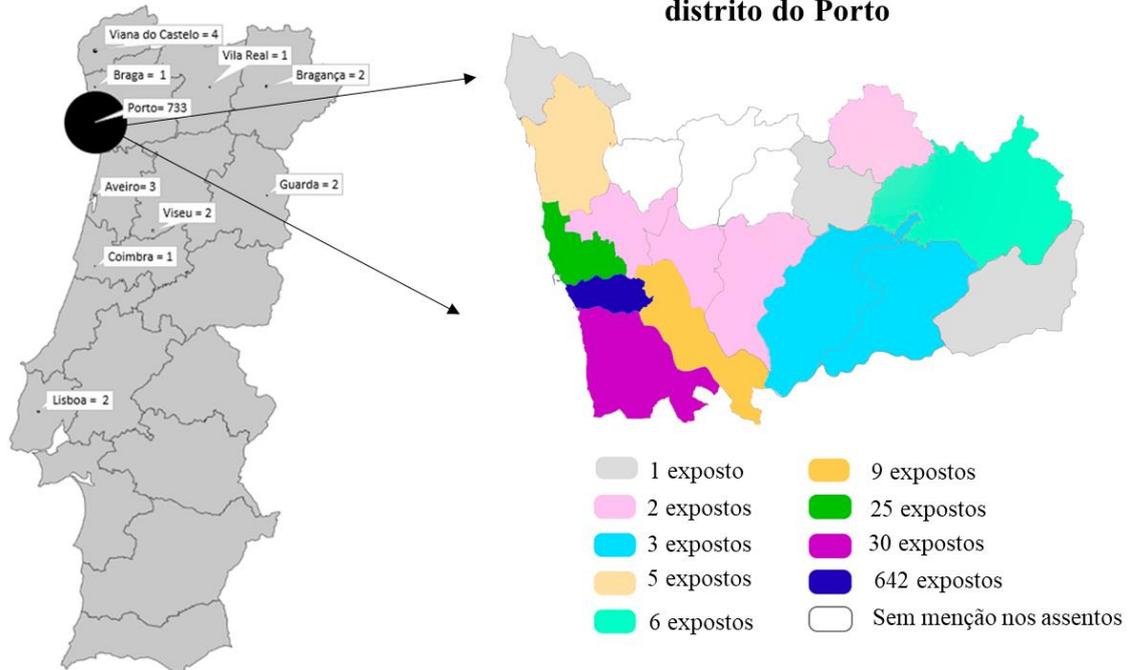


Fonte: ADP. Casa Hospício do Porto — *Livros de Entradas*, 18 dezembro 1915.

Anexo 3: Naturalidade das crianças que entraram na Casa-Hospício do Porto entre 1915 e 1917, por distrito e por concelhos do distrito do Porto.

Naturalidade das crianças por distritos

Crianças naturais de concelhos do distrito do Porto



Fonte: ADP. Casa Hospício do Porto — *Livros de Entradas*, 1915 – 1917

Anexo 4: Naturalidade das crianças que entraram na Casa-Hospício do Porto entre 1915 e 1917, por distrito, concelho e freguesia.

Local de nascimento	Nº de crianças
Distrito do Porto	
Concelho do Porto	
Miragaia, Hospital Geral de Santo António	359
Bonfim, Hospital do Bonfim	1
Bonfim, Hospital Joaquim Urbano	3
Vitória, Cadeia Civil do Porto	1
Vitória	14
Aldoar	2
Bonfim	56
Campanhã	22
Cedofeita	46
Foz do Douro	4
Lordelo de Ouro	5

Massarelos	7
Miragaia	20
Paranhos	30
Ramalde	9
Santo Ildefonso	30
São Nicolau	3
São Pedro de Campanhã	1
Sé	29
Concelho de Vila Nova de Gaia	
Grijó	2
Mafamude	4
Oliveira do Douro	1
Sandim	1
Santa Marinha	17
São Félix da Marinha	2
Valadares	2
Vilar do Andorinho	1
Concelho de Matosinhos	
Matosinhos	18
Lavra	1
Leça da Palmeira	4
Leça do Balio	1
Custóias	1
Concelho de Gondomar	
Fânzeres	2
Jovim	1
Rio Tinto	4
São Cosme	2
Concelho da Maia	
Gemunde	1
Vila Nova da Telha	1
Concelho de Valongo	
Valongo	1
Sobrado	1
Concelho de Paredes	

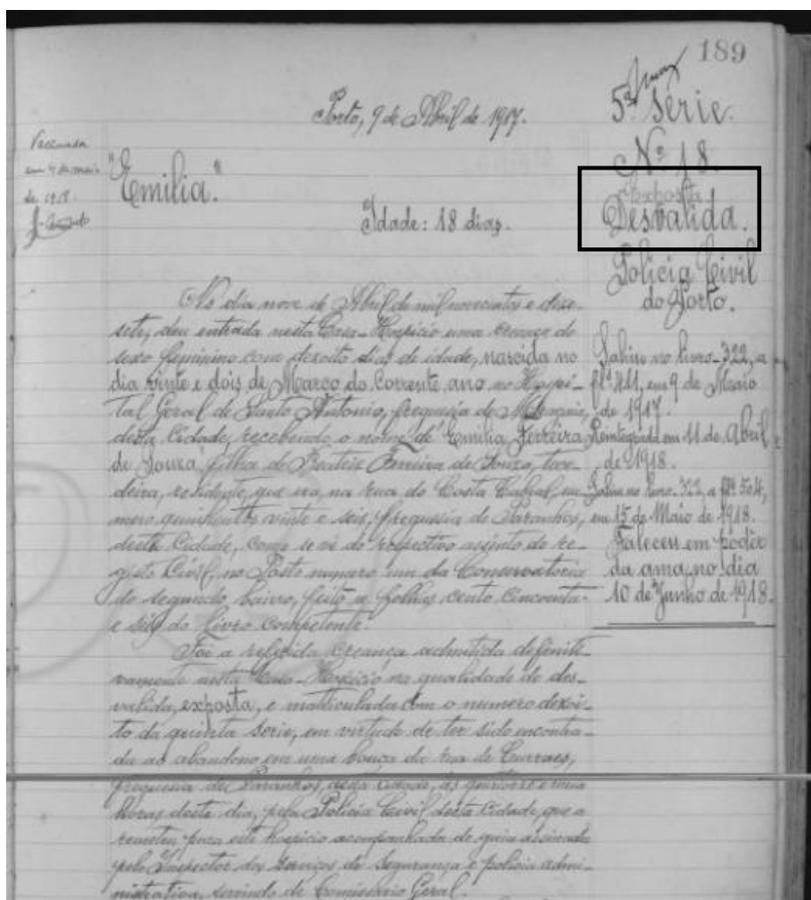
Gondalães	1
Mouriz	1
Concelho de Penafiel	
Penafiel	1
Bustelo	1
São Vicente do Pinheiro	1
Concelho de Lousada	
Lustosa	1
Concelho de Vila do Conde	
Vila do Conde	2
Bagunte	1
Vilar do Pinheiro	2
Concelho de Marco de Canaveses	
Tabuado	1
Santa Clara do Torrão	1
Santa Marinha de Fornos	1
Concelho de Amarante	
Carvalho de Rei	1
São Gonçalo	2
São Martinho de Mancelos	1
Travanca	2
Concelho de Felgueiras	
Pombeiro	1
Rande	1
Concelho de Baião	
São João de Ovil	1
Concelho de Póvoa de Varzim	
Hospital da Misericórdia da Vila de Póvoa de Varzim	1
Outros distritos	
Distrito de Aveiro	
Concelho de Espinho	
Anta	1
Concelho de Santa Maria da Feira	
Oleiros	1
Concelho de Castelo de Paiva	

Sobrado	1
Distrito de Braga	
Concelho de Vila Verde	
Valdreu	1
Distrito de Vila Real	
Concelho de Vila Real	
Feira de Constantino	1
Distrito de Viana do Castelo	
Concelho de Valença	
Cristelo Covo	1
Concelho de Paredes de Coura	
Paredes de Coura	1
Concelho de Melgaço	
Santa Maria da Porta	1
Distrito de Viseu	
Concelho de Resende	
Resende	1
Concelho de São João da Pesqueira	
Ervedosa do Douro	1
Distrito de Bragança	
Concelho de Macedo de Cavaleiros	
São Pedro de Macedo de Cavaleiros	1
Concelho de Miranda do Douro	
Duas Igrejas	1
Distrito da Guarda	
Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo	
Reigada	1
São Vicente Mártir	1
Distrito de Coimbra	
Concelho de Coimbra	
Sé Nova	1
Distrito de Setúbal	
Concelho de Almada	
São Tiago	1
Distrito de Lisboa	

Concelho de Lisboa	
Hospital de São José, Lisboa	1
Locais externos a Portugal	
Cabo Verde, ilha de São Vicente	1
África Ocidental, São José da Vila Sá da Bandeira	1
Angola, Luanda	1
Sem informação	13

Fonte: ADP. Casa Hospício do Porto — *Livros de Entradas*, 1915-1917.

Anexo 5: Assento individual da criança que indica, concomitantemente, duas qualidades de admissão na instituição.



Fonte: ADP. Casa Hospício do Porto — *Livros de Entradas*, 9 abril 1917.